

CORREIO POLÍTICO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Decisão do ministro se deu após relatório da CGU

Dino mantém suspensão de emendas parlamentares

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino decidiu, nesta terça-feira (12), manter a suspensão do pagamento de emendas parlamentares para Organizações não governamentais (ONGs). Conforme informações divulgadas pelo jornalista Andre Richter, da Agência Brasil, a decisão foi tomada após o ministro receber um relatório no qual a Controladoria-Geral da União (CGU) aponta diversas irregularidades nos repasses

de recursos de emendas ao Orçamento da União no período entre 2020 e 2024. Segundo o levantamento, que foi solicitado pelo próprio ministro, há direcionamento de emendas para uma organização específica, ausência de chamamento público ou concurso de projetos, ausência de capacidade operacional para execução das atividades, ausência de transparência na aplicação dos recursos recebidos, além de outras irregularidades.

Dez dias

Diante do relatório, o ministro Flávio Dino deu prazo de dez dias úteis para a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as demais partes no processo se manifestarem sobre os dados. Em seguida, o mesmo prazo será dado à Procuradoria-Geral da República (PGR).

Inconstitucionais

Em 2022, o STF entendeu que as emendas chamadas de RP 8 e RP 9 são inconstitucionais. Após a decisão, o Congresso Nacional aprovou uma resolução que mudou as regras de distribuição de recursos por emendas de relator para cumprir a determinação da Corte.

Divulgação/AleSp



AleSp

Deputados de SP aprovam banir celulares nas escolas

O banimento do uso dos celulares por estudantes em escolas públicas e privadas do estado de São Paulo, tanto em aulas como nos recreios e intervalos, foi aprovado nesta terça-feira (12) por unanimidade na Assembleia Legislativa paulista (AleSp). A proibição vale para toda a educação básica, ou seja, do ensino infantil ao ensino médio. A aprovação

aconteceu no plenário da AleSp. O projeto de lei (PL) segue agora para a sanção do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Oficialmente, sua assessoria informa que o PL será avaliado pela área técnica, mas o governador já sinalizou a aliados que a medida será sancionada. As informações foram divulgadas pela jornalista Laura Mattos, da Folhapress.

Primeiro estado a proibir

A medida entra em vigor 30 dias após a sanção e a publicação no Diário Oficial do Estado, o que, na prática, significa que deverá valer no início do próximo ano letivo. Com isso, São Paulo deve se tornar o primeiro estado brasileiro a banir os celulares nas

escolas. O município do Rio de Janeiro foi o pioneiro, no país, do banimento como política pública, proibindo por decreto, no início de 2024, o uso do aparelho por alunos nas escolas municipais (no caso da lei carioca, até o 9º ano do fundamental).

Extinção de concessão de cemitérios

Vereadores da cidade de São Paulo defenderam a caducidade dos contratos de concessão dos cemitérios municipais à iniciativa privada. Após denúncias de abusos, má aplicação de serviços e não cum-

primento dos contratos, a Câmara Municipal de São Paulo fez a convocação de duas das concessionárias que assumiram a gestão das unidades, além de convite à SP Regula para prestar informações.

Comissão Parlamentar de Inquérito das Bets no Senado

Supremo Tribunal Federal também analisa o teor da regulamentação

Geraldo Magela/Agência Senado

Por Karoline Cavalcante

O Senado Federal instalou nesta terça-feira (12), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das apostas bets, para investigar “a crescente influência dos jogos virtuais de apostas on-line no orçamento das famílias brasileiras”. O requerimento de criação da CPI é de autoria da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), que também foi escolhida como a relatora do colegiado.

A presidência ficou por conta do senador Dr. Hiran (PP-RR) e o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) foi designado como o vice. De acordo com Hiran, já foram apresentados 99 requerimentos, que deverão ser votados no próximo encontro, previsto para acontecer na terça-feira (19).

Segundo a ementa, a CPI terá 130 dias para concluir seus trabalhos, com um limite de despesas de R\$ 110 mil, juntamente, vai apurar a possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, “bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação”.

O plano de trabalho apresentado pela relatora foi disponibilizado de forma online aos senadores e foi aprovado na reunião. O conteúdo identifica objetivos de desdobramentos divididos em oito eixos temáticos, que são: lavagem de dinheiro e evasão de divisas; direito do consumidor; transações financeiras; impactos socioeconômicos; publicidade e responsabilidade social; algoritmos e transparência nas plataformas de apostas; educação e conscientização; e im-



Soraya Thronicke (Podemos-MS) foi escolhida como a relatora da comissão

pactos sobre a saúde.

Thronicke citou que o apoio recebido do Poder Executivo é algo “raro de se ver” e que fornece segurança para o processo. Além disso, informou que o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, irá disponibilizar agentes e delegados da instituição para auxiliar nas investigações.

“O que é algo raro de se ver é o Poder Executivo concordando com uma CPI. E o Poder Executivo concorda com esta CPI, tamanha importância dela e tamanha sua necessidade”, iniciou. “Não há, portanto, contradição nem colisão de interesses, por mais que já haja uma investigação e processos sigilosos em curso. Aqui, não. Ainda que algumas questões venham a tramitar em segredo de Justiça, a

CPI tem um condão pedagógico muito importante, por conta da saúde pública e dos danos”, prosseguiu a relatora.

PGR aciona Supremo

A Procuradoria-Geral da República (PGR), entrou nesta segunda-feira (11) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra as leis que regulamentaram a atuação de bets no Brasil.

No documento, são questionados os dispositivos das Leis 14.790/2023 e 13.756/2018, incluindo as portarias do Ministério da Fazenda que regulamentam as apostas de quota fixa.

Assinada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, a ação justifica que a legislação “fere direitos so-

ciais à saúde e à alimentação, direitos do consumidor, de propriedade, da criança e do adolescente, do idoso e da pessoa com deficiência”, e que entra em “linha de choque com princípios da ordem econômica e do mercado interno e com o dever do Estado de proteção da unidade familiar”.

O ministro do STF, Luiz Fux, é o relator de outra ADI proposta pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) contra a lei das bets. Nesta terça-feira (12), Fux convocou uma audiência pública que discutiu o impacto das apostas online, ele afirmou que a regulamentação precisa de um “ajuste bastante imediato” e que a ação da PGR será conexa à da CNC.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

CCJ deve votar PEC antiaborto nesta quarta

Por Gabriela Gallo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados deve votar, nesta quarta-feira (12), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 164/2012, que altera o artigo 5º da Constituição Federal, para que o direito à vida passe a ser considerado desde a concepção. Em outras palavras, a PEC amplia a criminalização do aborto no Brasil em todas as circunstâncias, até as que atualmente estão previstas em lei. A presidente da comissão, deputada Caroline De Toni (PL-SC), tentou pautar o tema na sessão desta terça-feira (12), mas não teve tempo de apreciar o tema antes da ordem do dia no plenário na Câmara – quando os parlamentares são convocados para comparecer ao plenário.

O aborto é considerado crime no Brasil, salvo três exceções: quando a mulher engravida vítima de um estupro, independente da idade da gestante; em casos de riscos à vida da mulher grávida e em casos de anencefalia fetal – ou seja, quando há má formação do cérebro do feto. Caso o texto seja aprovado, essas exceções deixarão de valer.

O autor da proposta, o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (Republicanos-RJ), alega que a medida visa “garantir que os fetos tenham o mesmo direito à inviolabilidade

de do direito à vida”. A relatora do texto é a deputada Chris Tonietto (PL-RJ), parlamentar conservadora.

Caso o texto seja aprovado na CCJ, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ainda precisa autorizar a instalação de uma comissão especial para analisar o projeto. Porém, como presidente da Casa, Lira tem a prerrogativa de pautar a PEC no plenário a qualquer momento.

Repercussão

Para aqueles contrários à medida, o projeto limita o direito e proteção de mulheres, especialmente meninas e jovens menores de idade que engravidaram em decorrência de estupro. De acordo com o serviço Disque Direitos Humanos (Disque 100), entre 1º de janeiro e 13 de maio deste ano, foram registradas 7.887 denúncias de estupro de vulnerável no país, uma média de 60 casos por dia ou de dois registros por hora. As informações são da Agência Brasil.

Nesta terça-feira, durante lançamento nacional do painel de monitoramento das Casas da Mulher Brasileira (CMB) e dos Centros de Referência da Mulher Brasileira (CRMB), a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, afirmou que uma eventual aprovação da medida seria um “retrocesso”.

“Se for aprovado o que es-



PEC foi pautada pela presidente da CCJ, Caroline De Toni

ção colocando, é um retrocesso naquilo que a gente já tem garantido na legislação brasileira. Temos um Código Penal desde 1940 que determina todo o processo. Então, acho que é um retrocesso. [...] A gente está vivendo um momento difícil no Brasil, mas acreditamos que vamos superar, vamos acreditar que vamos resolver todas as questões. Espero que não passe na CCJ”, destacou a ministra.

Relembre

Apesar de aborto ser um tema polêmico e constantemente citado pelos parlamentares, especialmente parlamentares de viés conservador, o debate sobre alterações na legislação sobre o tópico esquentaram na Câmara no primeiro semestre do ano.

Em junho, a Casa aprovou a urgência do projeto de lei que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive em casos de gravidez resultante de estupro (PL 1904/24). Ao contrário da

PEC 164, o PL não extingue a possibilidade de aborto, permitindo-o antes de 22 semanas de gravidez, mas limita as chances.

A urgência do projeto – ou seja, permitir que o texto pudesse ser discutido e votado direto no plenário da Casa, sem precisar passar por discussões em outras comissões da Casa – foi aprovado em menos de 30 segundos.

Com isso, o texto de autoria do segundo vice-presidente da Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), quase foi votado no plenário da Casa. Porém, em decorrência de forte repercussão popular contra a aprovação do projeto e com as eleições municipais se aproximando, o autor do projeto e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) optaram por adiar a discussão do texto para o segundo semestre do ano e alegaram que a proposta seria discutida com maior profundidade. Após o recesso parlamentar do meio do ano, parlamentares desenterraram uma série de medidas voltada a temática.